

ESSA CIVILIZAÇÃO NÃO TEM O QUE ENSINAR

Palestra dado no I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas, 14 a 17 de julho de 2009, Universidade de Brasília, Brasília - D.F.

Lisio Lili

Eu fui convidado pelo *Centro Indígena de Estudos e Pesquisas* (CINEP) para falar sobre “Políticas culturais e diversidade cultural indígena”. É um assunto de extrema importância para os povos indígenas, e se reveste de maior importância ainda quando podemos discutir juntamente com os acadêmicos e especialistas indígenas de todo o Brasil. Por isso resolvi falar.

Vou iniciar contando uma história e registrar uma constatação. Primeiro a história. Ela é registrada no *Um olhar sobre a cultura brasileira* de Francisco Weffort e Marcio Souza. Diz que um europeu, o frei dominicano Gaspar de Carvajal, no século XVI esteve no continente pesquisando e coletando objetos fabricados pelos índios. Quando estava na Amazônia viu e registrou maravilhado os mantos tecidos pelos Omagua dos Altos Solimões e as cerâmicas produzidas pelos Tapajós. Ante esses objetos o frade exclamou fascinado e espantado que eram coisas maravilhosas de se ver, que os índios trabalham e desenham como romanos, que pela autenticidade e qualidade estética, esses objetos eram dignos de figurar nas melhores coleções da Europa.

Dizem que não temos nenhum inventário confiável da quantidade de peças transferidas para a Europa. São provas contundentes dessa preconceituosa forma de olhar a arte indígena; embora o produto seja reconhecidamente sofisticado e refinado, o produtor é classificado como selvagem e bárbaro,

e a sociedade que a produziu como atrasada. A arte é concebida de forma isolada e independente do artista e do conjunto de valores e tradições culturais que a mantém.

Agora a constatação: resido atualmente na Capital de Mato Grosso do Sul, a cidade de Campo Grande, para ajudar a estabelecer politicamente o movimento indígena através da *Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal* (Arpipan) e o *Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena* (ITC). Visito sempre as repartições públicas. Temos um parque imenso na cidade, muito bonito, agradável e com, ao que parece, o objetivo de homenagear os índios do Estado – tanto que o denominaram de Parque das Nações Indígenas. Um portão recebeu o nome Portal Terena, outra entrada é nominada Portão Kaiowá. O povo Kadiwéu é homenageado através de uma estátua de um conhecido guerreiro Guaicuru. Temos neste mesmo local um museu com peças indígenas de outros Estados, portanto de outras etnias. Na Assembléia Legislativa ocorrem mais homenagens dessa ordem. Em hotéis vamos encontrar quadros, fotos e artefatos, sempre com a boa intenção de homenagear os índios.

Como se pode ver, tanto a história contada do século XVI, quanto a constatação registrada, na verdade não podem servir como exemplos de políticas públicas culturais. Se constituem em modelos ou práticas perversas de políticas públicas culturais do passado e do presente. Relacionando ao tema, posso noticiar que a produção da diversidade cultural *indígena* vai muito bem, pois é reconhecida tanto no passado quanto no presente (pois quem as desenvolve são os próprios índios). Mas, as políticas *públicas* culturais não se emendam, continuam equivocadas.

A Constituição Federal diz que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (artigo 231). Reconhecer não deve ser entendido apenas como avistar, ver os índios na sua diversidade, a partir das suas

diferenças, no seu viés cultural. Reconhecer aos índios, como escreve a Constituição Federal, não pode ser apenas homenageá-los nas paredes ou nos monumentos, como que se os índios estivessem circunscritos apenas nas divisas da história brasileira, sem lugar no presente.

É comum um dominador construir comandos a partir das realidades que o interessa. Quer parecer nesse caso que não interessa ao dominador a presença física do índio. Por isso começa a relacionar condicionantes para a presença de quem deveria ser o protagonista. O dicionário diz que protagonista é aquele que atua no papel principal, e nesse caso o papel principal está destinado aos índios e às suas organizações. O papel de protagonista não está destinado ao funcionário, não está destinado ao órgão público.

A causa indígena é atemporal. Não pode estar sujeita à ordem cronológica ocidental. Não há porque então manter os índios e sua história nas paredes, como que se a causa indígena estivesse apenas correlacionada ao passado. Não há como reconhecer aos índios apenas pelo que foram. Os índios têm lugar no presente assim como têm no passado.

A coordenação desse seminário fez bem ao trazer para o centro da discussão esse assunto. Falando de diversidade cultural indígena, não temos como isentar o Estado Nacional. É do seu ofício a responsabilidade de fomentar as políticas públicas, inclusive as culturais. E esse Estado tem tido um propósito homogeneizador – ao ensinar-nos a pensar que o desenvolvimento tem apenas uma estrada, que se desejamos ou pretendemos algum desenvolvimento temos que renunciar a nossa lógica cultural, e sujeitarmos à lógica desse único sistema disponível que é o mercado.

A nossa história e o destemor dos nossos antepassados, foram os fatores principais e a ponte para travessia da incivilidade para a civilidade. A nossa história inegavelmente representa

nossas verdades. As nossas verdades são a caução da nossa verdadeira origem. É a nossa identidade. Por isso os índios não podem ser reconhecidos apenas pelo seu passado. Devem ser reconhecidos pelos direitos que conquistaram. A idéia de mumificá-los na história é uma afronta aos direitos indígenas; é como não reconhecê-los como componentes da sociedade nacional, ou, como reconhecê-los mas já no extrato do passado. Quem não está presente, não pode ser sujeito de si mesmo.

De acordo com esse pensamento mumificador, o índio pode ser sujeito da sua história, desde que na parede. Não é à toa que os que são contrários aos direitos dos índios, gostam de contumazmente expressar aquele trocadilho perverso que somos os primeiros habitantes do Brasil. Quando o dominador fala dessa forma, ficamos como que extasiados, cheios de nós. Mas na verdade o que ele faz é indicar o lugar do índio, e indicá-lo no passado.

O verbo “ser” do “ser reconhecidos” está, porém, no tempo presente. O índio é parte agora da sociedade nacional, e os seus direitos conquistados devem ser implementados agora.

Tudo isso que digo não deve ser objeto de confusão. Sabemos honrar como ninguém a nossa história. É justamente por conhecê-la, que enunciamos reiteradamente as bases do nosso ser e viver indígena, proclamando que o nosso desenvolvimento não é econômico, as transações não são monetárias, a nossa medicina não é médica, a nossa dança e o nosso canto dispensa platéias, as nossas preces não negociam perdão, a nossa educação não é escolar, a nossa matemática não é contábil, a nossa formação não pode ser conformadora, a nossa prática cultural é simbólica, a nossa memória é oral, e o nosso porvir não é sobreviver. A vida que vivemos, queremos vive-la em eterna celebração. Enfim repetimos pela milésima vez: as nossas práticas étnicas são diferentes eternamente! Queridos jovens acadêmicos, estamos falando do sonho dos nossos antepassados, que planejaram sociedades autônomas e

que os nossos contemporâneos se esmeraram em conquistar ao lutar por garanti-las na Constituição Federal.

Esses direitos constitucionais foram conquistas de homens e mulheres dos mais diferentes povos que se constituem em memoriais eternos. Relaciono agora com nomes de heróis indígenas que a outra história quis omitir, como Arariboia, Marcolino Wolili. Falo também dos líderes mais recentes, como Mario Juruna, João Príncipe, Ibis Menino de Jesus, Angelo Kretã, Idiahurri Karajá, Galdino Pataxó, Marçal Tupã Guarani, Marta Guarani, Xicão Xucuru.

Falo tudo isso porque sou de uma localidade onde o espaço territorial indígena é denominado de “reserva indígena”. O nome é apropriado. Se destina ao propósito desaculturador do dominador. Pretendiam desvestir os povos indígenas da sua dignidade. Essas “reservas” são, como disse o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, espaços administrativos onde se tira documento, onde se recebe remédios, onde se recebe cesta básica, local de dormida de mão de obra barata. Mas resistimos, não aceitamos esse presente de grego. Ainda que em farrapos, estamos aqui. O que estamos a lhes mostrar não é a nossa formação; resistimos inclusive a essa cultura conformadora. Estamos a lhes mostrar, além da nossa dor, também o nosso destemor. Não tivemos medo, não recuamos, não hesitamos.

Parentes, estamos falando de esforço empreendido no passado pelos nossos ancestrais e no presente pelos nossos contemporâneos, que garantiram o trânsito à cidadania dos indígenas, para esse novo espaço denominado de Estado Democrático de Direito. O momento é de interlocução. Interlocução não é monólogo. Exige sujeitos, não pode prescindir de partes. Por isso não pode ser mais retórica, discurso. É conversação, é convivência, sobretudo num patamar de paridade. Não pode mais ninguém, mesmo aquele que tem atribuição de assistir, alçar-se a um patamar mais elevado. Nós nunca mais devemos nos esquecer que essa equivocada forma

de relação trouxe a sujeição, a assimilação, a integração e por fim a tutela.

De acordo com a Constituição Federal os tempos mudaram, os índios em carne e osso têm que estar presentes! Por essa razão temos que sempre alertar e, se possível, denunciar. Pois essa sociedade que se autodenomina de civilizada, é também decadente.

Por isso essa civilização não tem o que ensinar. Ao contrário, tem muito o que aprender. Não estamos estimulando oposição, a intolerância é a marca deles. Mas não podemos ser fascinados a ponto de renunciar do nosso modo indígena de ser e viver. De igual modo não podemos nos deslumbrar a ponto de renunciarmos do nosso próprio protagonismo, esse protagonismo que foi conquistado pelos nossos mais velhos.

Referências

Brasil (1988) Constituição Federal.

Weffort, F. and **M. Souza** (eds.) (1998) Um olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte.